



CATEGORIA SIMPLES NA CRÍTICA DE MARX

Henri de Carvalho

GRUNDRISSE, DE KARL MARX, SÃO PAULO, BOITEMPO, 2011, 788 P.

E

m tempos intensamente críticos para o sistema do capital, diante da quebradeira que a mídia grosseiramente tratou por especulativa, mas que os trabalhadores tiveram que sentir, e mesmo hoje o sentem, diante das tentativas, ainda incertas – e austeras –, para a resolução do caos grego, espanhol, italiano, português, belga e a afetar também o Reino Unido e os EUA, assistimos na ocasião ao esgotamento das edições existentes de *O Capital*, de Karl Marx.

Bem integrado à atualidade histórica em que vivemos, o grupo editorial da Boitempo teve a sensibilidade de lançar os *Grundrisse* (2011), de Marx, variante primeira e própria ao desenvolvimento de sua crítica da economia política que veio a ser a base sobre a qual se deu o livro inicial de *O Capital*, estudo teórico sobre o modo da economia burguesa. Claro que tais manuscritos, os *Grundrisse*, não apenas nos possibilitam perscrutar o caminho intelectual do filósofo alemão, os temas, os autores, as áreas de seu interesse de estudo, mas também, como disse Mário Duayer na apresentação da referida publicação, “[...] é como ter acesso ao laboratório de estudos de Marx” (p. 13).

O esforço de compreender os manuscritos econômicos que anteciparam a obra maior de Marx não pode ocorrer de outra maneira que não seja pela leitura atenta de cada uma de suas muitas unidades de leitura. Isso para que se respeite o método de estudo e análise proposto pelo próprio autor: a análise estrita de seu conteúdo. Quer dizer: o objeto de estudo deve ser perscrutado e entendido a partir de sua imanência, desvendando assim a lógica intrínseca ao próprio objeto, tal como reconheceu o filósofo José Chasin e expôs em sua obra *Marx, Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*.

Para não ser precipitado na análise, frente à densidade do conteúdo, e tentar sintetizar objeto de tamanha complexidade que compõe os tantos manuscritos contidos no volume de *Grundrisse*, e que vai para além do conteúdo selecionado e expresso em *O Capital*, optou-se pela análise da terceira parte de sua introdução, “Produção, Consumo, Distribuição, Troca, Circulação”, nomeadamente: “O Método da Economia Política”.

Tal passagem é antecipada por uma análise sobre “A produção em geral” para em seguida tratar de “A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo”. A opção pela terceira parte se justifica pela necessidade de reforçar a pedra angular sobre a qual se ergue o pensamento do filósofo alemão, ainda mal compreendido, qual seja, as relações sociais de produção e a categoria com a qual se funda na prática: o trabalho.

Não desconsiderando o esforço que a vertente da economia política sugere ao tentar dar conta do real como categoria primeira, Marx observa que iniciar uma análise tendo por base a população, por mais concreto que isso possa parecer, em verdade trata-se de uma falsidade, já que “A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída”. Marx, porém, não toma as classes como chave para a compreensão objetiva, já que o próprio termo, classe, se faz vazio se “[...] desconheço os elementos nos quais se baseiam. Por exemplo, trabalho assalariado, capital, etc.”. Esses sim, pela compreensão marxiana, “[...] supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.”. Destarte, iniciar pela população é o mesmo que iniciar pela representação do real e não pelo real em si, já que o trabalho é a categoria essencial com a qual uma dada população se faz possível de existir e, de forma interativa, pelas relações sociais de produção de “rica totalidade de muitas determinações e relações”. Assim, a crítica do real deve seguir em ordem elementar, deve se iniciar por uma análise que advenha progressivamente de categorias simples e avançar na compreensão de “[...] trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o estado, a troca entre as nações e

HENRI DE CARVALHO
é doutor em História Social e pesquisador do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder da PUC-SP

o mercado mundial”. Eis o processo pelo qual Marx considera o caminho correto (p. 54).

Não é, pois, a economia pela economia, tampouco a população pela população como formas generalizadas das relações pelas quais se efetivam até chegarem a sua organização estatal. Para Marx, antes é preciso averiguar a disposição dos meios pelos quais se realiza o trabalho. Este aparece positivamente como essência do humano, genérico e indispensável à estrutura sócio-organizacional objetivada pelos indivíduos que, por sua vez, o fazem, de modo particularizado e inter-relacionadamente, como forma de exteriorização do ser social concreto, o qual “[...] aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida. Não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (p. 54).

Na forma marxiana as resoluções abstratas conduzem à reprodução do real por intermédio das faculdades intelectuais. Assim, “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto”. Eis um aspecto importante da oposição ao idealismo hegeliano. A afirmação do real em Marx se dá como concreticidade do mundo produzido e reproduzido, material e espiritualmente, pelos homens em seu processo de vida real (pp. 54-5).

O seu método então proposto, em oposição ao método da economia política, é o de tomar as categorias simples e mapear as suas relações e disposições reais. O autor dos *Grundrisse* explica que Hegel inicia acertadamente “[...] a filosofia do direito com a posse como a mais simples relação jurídica do sujeito”. Contudo, alerta que antes existem a “[...] família ou mesmo as relações de dominação e de servidão, que são relações muito mais concretas. Pelo contrário, seria correto dizer que existem famílias, tribos, que somente possuem, mas não têm propriedade”. A propriedade, apesar de ser uma categoria simples, não aparece, na acepção marxiana, sem que haja outras categorias mais elemen-

tares que ela, tais como o trabalho, a família e as tribos, por exemplo (p. 55).

Estando correto o pressuposto de Hegel, seria possível então admitir que em sociedades materialmente mais arrojadas a relação mais elementar de sua complexa organização é a propriedade; ainda assim, a raiz de que parte o filósofo em verdade é uma conjectura. Marx afirma que “[...] as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas”. Isso porque o concreto, em sua forma mais complexa, mantém a própria categoria de modo subordinado em sua relação. Ou seja: há necessidade do capital, por exemplo, para que haja dinheiro, de modo que sociedades que praticavam trocas materiais não foram capitalistas, não desenvolveram sistemas bancários, nem mesmo assalariamento do trabalho (p. 56).

De sorte que “[...] o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao combinado corresponderia ao processo histórico efetivo”. Desse modo, a compreensão marxiana permeia a tônica das particularidades históricas porque a especificidade é o mote de encontro das categorias elementares para o nexo de seu sentido histórico. Marx cita o caso de uma sociedade peruana complexa, de grande desenvolvimento técnico-científico e organizacional, com divisão do trabalho, cooperação, etc., e que não possuía nenhum tipo de dinheiro como elemento de troca. Também alude a algumas sociedades eslavas, em que o dinheiro existia para as trocas com outras comunidades e não para as trocas no interior da própria comunidade produtora. Destarte, o dinheiro era muito mais um instrumento de simples intercâmbio. A moeda teve diferentes modos de ser de acordo com as especificidades internas das civilizações do passado. Mesmo Roma, em seu apogeu, utilizava a moeda de modo limitado, não perpassando todas as relações internas existentes. O tributo e seu pagamento eram feitos em espécie, por exemplo (p. 56).

O trabalho é apontado por Marx como a categoria real mais simples, bem como sua

representação categórica é antiquíssima. Mas é na concepção econômica existente em sua simplicidade que o trabalho aparece como categoria moderna, com as abstrações que são geradas pelas relações existentes que compõem sua lógica interna. Explica Marx que Adam Smith descartou “[...] toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza – trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um como os outros”. É certo que a referência do economista escocês é posta em destaque pelo fato de que não se desprende totalmente da fisiocracia, daí o esforço para a transição ao entendimento de que o objeto do trabalho e o trabalho em si se universalizam. Contudo, Marx nota quão moderna é essa concepção, pois a “[...] indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho [...]”. Desse modo, a “[...] indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente” (pp. 57-8).

Marx explica a importância do arraigamento concreto e histórico do uso categorial do trabalho universal, que suprime as particularidades de seu fazer. Exemplifica com as diferenças existentes entre o uso categorial do trabalho, em geral aplicado aos EUA, em que essa universalidade aparece “[...] como resultado histórico”, fato que na Rússia aparece “[...] como disposição natural”. Contudo, se entre os primeiros isso se deu pela lógica de seu desenvolvimento material interno e pelas relações sociais de produção daí decorrentes, no segundo caso a indiferença se deu pelo elevado nível de sujeição a um trabalho totalmente determinado, a qual se rompeu apenas por pressões vindas de fora (p. 58).

Isso demonstra que as categorias, por mais simples e universais que pareçam, só devem e podem ser compreendidas pela lógica interna de sua concreção histórica particular. Um problema indicado por Marx, peculiar ao raciocínio da economia nacional, é o fato de

esse raciocínio apagar as formas anteriores de sociedade e tomar como ponto de partida a própria sociedade burguesa, sendo que esta “[...] é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica de produção”. É, portanto, a síntese de todos os processos históricos pelos quais passou até o presente momento. Na sociedade burguesa encontramos a “[...] forma antagônica do desenvolvimento. Nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas” (pp. 58-9).

Não se pode perder de vista que na forma marxiana “[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal”. De outro modo, o erro apresentado aqui na forma da economia política é a tomada da moderna sociedade burguesa como o sujeito quando esta constitui uma forma de representação que se compõe de relações mais simplificadas. A sociedade em si e a burguesa em particular não podem ser a categoria fundamental da compreensão pela definição marxiana, pois sua complexidade não se inicia ali, no discurso que resulta de sua abstração como realidade em si (p. 59).

As mesmas categorias têm significados diferentes em dessemelhantes tempos e espaços em que se realizam a atividade humana e a compreensão do homem sobre si e o mundo. Resta, da propositura crítica de Marx ao método da economia política, a necessidade de se partir do elemento simples que compõe a totalidade complexa, multifacetária e inter-relacional da realidade que se objetiva compreender, ou seja, do concreto existente enquanto categoria real e não abstrata ou parcial. Trata-se, pois, de desvendar a lógica específica do objeto específico, sendo que o mundo a se conhecer e compreender é o produzido pela atividade humana sensível. Daí ser o trabalho a categoria universal e fundamental para a compreensão de toda e qualquer realidade.